

Comenda mérito em Educação Waldson José Bastos Pinheiro – 24 de outubro de 2007

Comadery merit in Education Waldson José Bastos Pinheiro – october 24th, 2007

Arnon Alberto Mascarenhas de Andrade
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

206

Certamente a criação da Comenda Mérito em Educação Professor Waldson José Bastos Pinheiro nos permite a renovação constante da referência à figura do Professor Waldson. Ele, Professor Cidadão, sabia através do diálogo, despertar em seus alunos, o prazer pelo conhecimento – são muitos os testemunhos de seu trabalho formador da identidade profissional de professores educadores. Ele, Cidadão Professor, primava pela militância política, pela participação democrática nos assuntos de seu tempo, nas coisas de nossa cidade. É uma honra, senhor Prefeito e Senhora Secretária Municipal da Educação, receber esta comenda que nos traz a lembrança e o modelo do Professor Waldson Pinheiro.

É também uma honra falar em nome da Professora Noilde Ramalho, ícone desta cidade, exemplo de atenção à juventude, de preocupação com o desenvolvimento da mulher potiguar na busca de autonomia e da valorização social. Continuada da obra de Henrique Castriciano soube ajustar-se às demandas sociais e às exigências do seu tempo, ampliando o alcance de suas ações educativas.

Igualmente honroso é contemplar em nossa fala, a forte presença do Professor Onofre Lopes nesta solenidade, pois que, ao ser agraciado *in memoriam*, a essa homenagem se associam todos aqueles que, de alguma forma, tiveram ou têm sua vida influenciada por suas realizações, entre os quais, eu, como professor da UFRN, também me incluo. A homenagem ao Professor Onofre Lopes, nos traz de volta o visionário que, tomando em suas mãos a bandeira de Januário Cicco, criou a Escola de Medicina e liderou o processo que dotaria o Rio Grande do Norte de uma Universidade Federal – um dos mais importantes instrumentos de desenvolvimento do Estado nas últimas cinco décadas. A Prefeitura, gestora do Ensino Fundamental home-



nageia um dos símbolos da Educação Superior em nossa cidade, pois foi graças à ação educativa do professor Onofre Lopes que se formou essa rede de eventos que se estende das artes à tecnologia mais sofisticada, da ciência à filosofia, da educação escolar aos instrumentos da Justiça e do Direito.

A solenidade inclui, ainda, a entrega da Comenda Waldson Pinheiro a uma instituição que muito tem contribuído para a formação de leitores e para o desenvolvimento de uma consciência cidadã em nossas escolas, que tem levado o texto impresso a nossas salas de aula, que tem, num caderno especial, levado à comunidade educacional, os fatos importantes da educação, os avanços, os exemplos, as novas idéias e as reflexões mais candentes sobre a educação brasileira. Comentava, eu, recentemente, sobre os critérios de avaliação da produção intelectual nas Universidades e defendia a adoção de critérios particulares para certas áreas do conhecimento como educação. Certos temas, dizia eu, prefiro ver publicados no DN Educação, do que nas mais seletas revistas da Europa. O DN Educação tem sido um veículo de informação que chega à ponta do sistema e tem, portanto, um elevado poder de mobilização e mudança. É, portanto, Senhor Prefeito e Senhora Secretária, uma honra falar em nome do *Diário de Natal*, também contemplado com a Comenda Mérito em Educação Waldson José Bastos Pinheiro.

De minha parte, senhor Prefeito, peço licença para estender a homenagem que recebo, a minha mãe, professora Alzira Mascarenhas de Andrade, a quem devo o meu envolvimento com a educação, desde o meu nascimento e em nome de quem eu estendo também às muitas professoras que, com sacrifício, empreenderam sua ação civilizatória pelo interior do país – Recém formada na primeira turma da Escola Normal de Feira de Santana, construída na Reforma Educacional de Anízio Teixeira, aprovada em concurso público, chega a Palestina no interior da Bahia a professora Alzira, com a incumbência de alugar uma casa e abrir a primeira escola da cidade. Foi ali, alguns anos depois, naquela escola onde morava a professora, que eu nasci. Por isso eu digo que Eu não escolhi minha profissão. Eu fui escolhido por ela. É nesse contexto de aluno, filho da professora, mudando de escola junto com a professora e anos depois, eu mesmo professor, que eu vi, como sujeito e objeto da história, mais de meio século de conflitos entre concepções diferentes de educação que produziram avanços e recuos da educação pública em nosso país.



No fim da década de 1940, início da década de 1950, um grande debate nacional preparava a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – os conflitos não foram nem poucos, nem pequenos e a educação democrática perdeu ali uma batalha importante. Em 1961 se editou uma lei que Anísio Teixeira chamou de “a liberdade de não educar”. Estava claro que a opção de nossos parlamentares não era pela escola pública laica, universal, gratuita e de qualidade como obrigação do Estado. Três anos depois, um golpe militar interrompe nossa precária experiência democrática e os grandes projetos educacionais daquele tempo foram proibidos, perseguidos ou descaracterizados.

O Rio Grande do Norte conhece bem essa história em que um dos maiores projetos de educação popular já concebidos no país foi proibido pela força. Djalma Maranhão é preso e as expectativas populares em educação são mais uma vez frustradas. Foi ainda no Rio Grande do Norte a primeira experiência em escala do método Paulo Freire, conhecida como “as quarenta horas de Angicos”. Essa experiência, que lançou internacionalmente o nome de Paulo Freire, também o levou ao exílio e os participantes da aventura, de alfabetizar para as letras e para o mundo, foram perseguidos. Um outro projeto, desta vez desenvolvido pela Igreja Católica, também voltado para a educação dos trabalhadores no campo e que fez o melhor uso do rádio em educação de toda a história do rádio, sofreu sucessivas intervenções e terminou por se descaracterizar como um projeto popular inovador. O Movimento de Educação de Base, MEB, com suas Escolas Radiofônicas buscava o que chamamos hoje de “educação para a cidadania”.

O governo militar, que tanto investimento fez nos campi universitários, editou, entretanto uma reforma, mais destinada a controlar funcionários, professores e alunos do que para tornar eficiente o funcionamento da instituição. Não auscultou as expectativas da sociedade – prendeu, cassou, expulsou alunos, demitiu professores e foi esse mesmo governo militar que, em 1971, sem discussão, sem audiências públicas outorgou outra Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Neste mesmo ano o Professor Anísio Teixeira foi, em circunstâncias estranhas, encontrado morto no poço de um elevador. Essa lei tinha alguns avanços como a ampliação da obrigatoriedade escolar, mas foi omissa na questão da formação de professores e transformou os cursos normais em simples cursos profissionalizantes que podiam ser oferecidos à noite, nos espaços vazios de muitas escolas privadas.



As fórmulas da ditadura se esgotavam e ficava cada vez mais difícil manter o poder – cassações de direitos, senadores, governadores e prefeitos biônicos, sublegendas, votos vinculados... e, enfim, a anistia, a re-organização partidária, as eleições livres e a constituinte. A seguir uma nova LDB – que, entretanto, não definiu piso salarial; que não estabeleceu os parâmetros da carreira docente; que foi omissa no número máximo de alunos em cada sala de aula; que não legislou sobre um sistema nacional de formação de professores nem definiu condições mínimas de funcionamento para os estabelecimentos de ensino e que, portanto deixou para os embates do dia-a-dia, a identidade profissional do Professor e a melhoria das condições de trabalho. Hoje, entretanto a própria lei foi superada para demonstrar que muitas das omissões e comissões foram inspiradas em posições políticas momentâneas.

Hoje as Universidades Federais e Centros Federais de Ensino Tecnológico estão em expansão em número de vagas e de instituições; programas de inclusão social no Ensino Superior garantem, hoje, a oportunidade de acesso a alunos de escolas públicas no ensino universitário; a obrigatoriedade escolar foi ampliada de mais um ano e a Educação Infantil foi incorporada à educação básica; ampliou-se os recursos destinados à educação básica e se instituiu um sistema permanente de avaliação; estabeleceram-se diretrizes para os cursos de formação de professores e se criou programas de apoio à inovação e à melhoria das licenciaturas. A correlação de forças entre as duas concepções de educação é hoje favorável à educação popular. Mas ainda é muito pouco.

Ficamos consternados senhor Prefeito, quando saiu nos jornais que o Brasil, junto com Rio Grande do Norte, foi reprovado na avaliação do Ensino Fundamental e que quase dois terços dos nossos municípios estavam entre os piores do país. Entretanto, se considerarmos que as mudanças mais significativas aconteceram nos últimos cinco anos e se pensarmos o que vem acontecendo com a educação pública ao longo da História, chegamos à conclusão que não tínhamos o direito de esperar muito mais. Mas temos a responsabilidade de unir nossos esforços para a superação das deficiências, e buscar adequados instrumentos de intervenção, como vem fazendo essa administração abolindo o turno intermediário, democratizando a gestão, construindo os espaços da educação continuada, como este em que nos encontramos no momento, construindo novos prédios, e modernizando o

ensino. Mas ainda é pouco. Precisamos recuperar a auto-estima dos professores e das crianças das escolas públicas; precisamos refletir no fator cultural que levou algumas regiões a terem diferentes resultados sem significativas diferenças materiais; precisamos pensar que a meia jornada escolar é insuficiente para que se ensine tudo que o Brasil moderno precisa que se ensine e tudo que o Brasil atrasado e escravocrata esqueceu de ensinar às classes populares.

O Governo Federal que avaliou o Ensino Fundamental desencadeou um movimento de mobilização para a recuperação, em curto espaço de tempo, da qualidade necessária para o país encontrar o caminho da paz, da democracia, da justiça e do bem-estar. Um Plano de Desenvolvimento da Educação está em marcha e muitos problemas serão superados pela concentração de esforços e de recursos. Mas o Plano não fala de duas coisas importantes: não melhoraremos nossa escola se não construirmos um sistema nacional de formação de professores. A Educação a Distância é um dispositivo extremamente eficaz de formação continuada e de emergência na formação inicial, mas que não se perca de vista que a educação presencial é indispensável à formação docente pelos exemplos de sala de aula, que é o inevitável espaço de trabalho do professor. Precisamos de uma política de formação de professores que integre as instituições formadoras, como as universidades, com os sistemas de ensino, para uma definição adequada do perfil dos profissionais necessários e para que os estágios de formação sejam a oportunidade de integrar através de projetos interdisciplinares, as muitas peças do sistema de educação. A segunda ausência, que notamos no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), diz respeito à própria meta principal que é alcançar, dentro de poucos anos, os resultados escolares dos países desenvolvidos. Como fazê-lo quando nosso sistema de ensino tem metade da jornada escolar daqueles países? Quando tiraremos nossas crianças e adolescentes das ruas para que elas experimentem a obediência às regras dos esportes coletivos e reflitam sobre o funcionamento da sociedade? Quando estaremos transmitindo, a nossos alunos, as diversas formas de expressão artística que os transformarão em produtores de cultura e não em consumidores sem identidade? Quando os levaremos ao domínio das novas tecnologias, hoje indispensáveis à vida e ao trabalho em qualquer setor de atividade? Quando os faremos conhecer os incríveis acervos da cultura humana?



Sempre que falamos em escola de tempo integral, se pensa em uma escola com o dobro do tamanho para acomodar os alunos dos dois turnos de ensino. Na realidade quando falamos em escola de tempo integral, estamos pensando em educação de tempo integral sob a responsabilidade da escola, mas que não precisa, forçosamente, ser no prédio da escola. Mas para que isso aconteça é preciso que exista um Centro Cultural no bairro com a biblioteca, com uma sala de apresentações artísticas, com salas para ensaios e treinamentos; é imprescindível que o bairro tenha seus espaços para esporte – as quadras poli esportivas, os espaços e aparelhos para a prática do atletismo. Precisamos fazer a comunidade compreender que o bairro e a escola têm uma inevitável parceria. Quando pensamos em educação de tempo integral, esquecemos que as classes média e alta já oferecem educação de tempo integral a seus filhos – eles estudam línguas estrangeiras, aprendem música, praticam lutas marciais, usam fartamente o computador e a *internet* fora de sua jornada escolar

Embora possamos comemorar o sempre bom combate pela educação pública e as poucas, mas significativas vitórias, lembramos a todos que muita coisa precisa ser feita e que o parágrafo 2º do artigo 34 de LDB diz que “o Ensino Fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral a critério dos sistemas de ensino”. Que esta seja a opção do Sistema Educacional de Natal.

211

Prof. Dr. Arnon Alberto Mascarenhas de Andrade
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Coord. Base de Pesquisa Estudos e Pesquisas em Meios de Comunicação em Educação
E-mail | arnon_andrade@uol.com.br